

**“Modernização conservadora”,
telecomunicações e indústria cultural: a chegada
(excludente) da TV em Senador Pompeu-CE (1960-1980)**

Antônio Wesley do Nascimento Martins
Edmilson Alves Maia Júnior

Resumo

O trabalho estuda a chegada da TV em Senador Pompeu-CE a partir de sua participação em projetos de melhoria infraestrutural do Estado do Ceará e do processo de “modernização conservadora” da Ditadura (1964-1985) em sua busca por integração nacional. Analisando atas da Câmara Municipal tendo em mente suas condições de produção, além de fontes orais em seus distintos significados mobilizados entre fatos e representações, constatamos que no período de consolidação da indústria cultural no país, aquele bem de consumo se expandiu na cidade de forma excludente embora os sujeitos locais tenham articulado diferentes táticas para acessá-lo ao passo em que se apropriaram do discurso hegemônico por ele transmitido. Dialogamos com Ortiz (1988; 2014), Williams (2011; 2016), Le Goff (1990), Portelli (1997; 2006), dentre outros.

Palavras-Chave: Televisão. Senador Pompeu. “Modernização Conservadora”.

**“Conservative Modernization”, Telecommunications and
Cultural Industry: the (excluding) arrival of TV in Senador Pompeu-CE
(1960-1980)**

Abstract

This work studies the arrival of TV in Senador Pompeu-CE based on its participation in infrastructure improvement projects in Ceará and the “conservative modernization” process during the Dictatorship (1964-1985) in its search for national integration. Analyzing minutes of the City Council keeping in mind their production conditions, in addition to oral sources in their different meanings mobilized between facts and representations, we found that, in the period of consolidation of the cultural industry in

the country, that consumer good expanded through the city in an excluding way, although local inhabitants have articulated different tactics to access it while appropriated the hegemonic discourse transmitted by it. Therefore, we dialogue with the theoretical framework of Ortiz (1988; 2014), Williams (2011; 2016), Le Goff (1990), Portelli (1997; 2006), among others.

Keywords: Television. Senador Pompeu. “Conservative Modernization”.

Texto integral

Introdução

Fitando uma das narrativas presentes no livro memorialístico Senador Pompeu em Crônicas (2004), de autoria do escritor, militante e ex-advogado senadorense José Maria Saraiva Nogueira Júnior, popularmente conhecido como “Saraiva Júnior”, é possível observar a interessante passagem referente a algumas transformações pelas quais a cidade de Senador Pompeu, localizada no Sertão central cearense¹, estava passando entre as décadas de 1960 a 1980:

Por força da necessidade de expansão do mercado, o desenvolvimento do capitalismo chegara a Senador Pompeu com a energia elétrica, estrada asfaltada, telefone, etc. Esse progresso desigual viria embalado como mercadoria, visando unicamente o consumo. Esse foi um período de profundas transformações tecnológicas no mundo. Em outras palavras, o desenvolvimento que chegou a Senador Pompeu veio por imposição do mercado consumidor e em razão dos avanços tecnológicos [...] (Nogueira Júnior, 2004, p. 86).

Evidentemente, assim como quaisquer outros documentos ou fontes históricas, tal obra memorialística é o resultado de uma “montagem”, ou seja, de uma articulação baseada nas escolhas, interesses e intencionalidades de quem as produziu, o que a torna,

¹ Localizada bem ao centro daquela região a urbe distancia aproximadamente 272km da capital do Estado, Fortaleza.

nos dizeres de um famoso historiador, um “documento/monumento” (Le Goff, 1990), e por isso mesmo é que deve ser escrutinada de forma crítica para ser devidamente “desmontada”.

Atentos a isto, acreditamos que são interessantes e úteis os detalhes mencionados pelo memorialista ao referir-se a algumas mudanças que a cidade de Senador Pompeu estava vivenciando no período citado. Isto se torna lícito quando lembramos ainda que, àquela altura, o país estava passando por um processo de “modernização conservadora” articulado pela Ditadura Civil-Militar (1964–1985) (Reis, 2014; Motta, 2014a; 2014b) que buscava, dentre outros fatores, a inserção do Brasil em um “capitalismo tardio” (Ortiz, 1988) ao integrá-lo cultural e mercadologicamente a partir de investimentos em infraestrutura, telecomunicações e outros setores.

Curiosamente, no Estado do Ceará, medidas e projetos voltados para sua modernização e desenvolvimento já vinham sendo implementados desde 1963, quando a gestão do Cel. Virgílio Távora (1963–1966) pôs em prática o seu Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) (Alencar Júnior, 2006; Lima, 2008), fator que tornara aquele Governador, após o Golpe de 1964, um agente local dessa “modernização conservadora” (Parente, 2000). Além disso, muitas dessas deliberações iniciadas com o PLAMEG foram continuadas por seus sucessores que também se apropriaram do “espírito da Revolução’ de 64” ao aplicarem os “recursos públicos na construção de gigantescas obras” (Farias, 2012, p. 397).

É neste contexto de profundas transformações socioeconômicas e infra estruturais no Ceará e no Brasil de modo geral que, em que pesem o aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades sociais do período, ocorrerá a solidificação de uma indústria cultural no país (Ortiz, 1988; 2014, Ridenti, 2011), além da apropriação cada vez maior, pela sociedade brasileira, de hábitos consumistas e individualizantes ao passo em que ocorrerá uma expansão excludente do acesso a bens de consumo simbólicos e duráveis, sendo o aparelho televisivo o principal destes (Novais; Melo, 1998).

Isto posto, neste artigo investigamos como a cidade de Senador Pompeu vivenciou o processo de “modernização conservadora” da Ditadura a partir da chegada e expansão excludente da televisão para, em um momento posterior, refletirmos a respeito dos impactos e desejos que a indústria cultural então em consolidação despertara nos sujeitos a partir das articulações e discursos hegemônicos (Williams, 2011; Chauí, 2000) transmitidos pelo “fluxo televisivo” (Williams, 2016). Para este fim, analisamos fontes orais e Atas da Câmara Municipal de Senador Pompeu (ACM-SP) coletadas em seu acervo.

A televisão e a “modernização conservadora”

Em Sessão da Câmara Municipal de Senador Pompeu realizada em 17 de julho de 1968 o então Prefeito da cidade, Francisco França Cambraia, prócer da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enviara a “Mensagem n.º 5/68” ao Legislativo em que solicitara aos edis a aprovação de um projeto que versava sobre “a criação de um cargo de Vigia, no atual quadro do Pessoal desta Prefeitura, para atendermos a solicitação da Citelc, quando da inauguração da torre repetidora dos sinais da Televisão”, pois, segundo ele, a Prefeitura teria “que arcar com as despesas da manutenção de dois grupos geradores, além de manter dois funcionários, um vigia e um eletricista” (ACM-SP, 17/07/1968).

Ainda na mesma mensagem, Cambraia teria solicitado a “Liberação de Crédito Especial no total de NCR\$ 34.516,00 (trinta e quatro mil quinhentos e desesseis cruzeiros novos)” (ACM-SP, 17/07/1968) para, ao que parece, custear algumas obras e serviços na urbe. Quase metade dessa quantia, algo em torno de Cr\$ 16.296,00, seriam aparentemente aplicadas justo na construção e manutenção inicial da citada torre, algo que ele explana pormenorizadamente da seguinte forma:

Título 4 – Viação Transporte e Comunicações – 46 – Comunicação
3.0.0.0 – 46 – Despesas Correntes 3.1.0.0 – 46 – Despesas de Custeio.

3.1.1.0 – 46 – Pessoal. 3.1.1.1 – 45 – Pessoal Civil 01. Vencimentos NCR\$ 396,00. 3.1.2.0 – 46 – Material de Consumo NCR\$ 200,00. 3.1.3.0 – 46 – Serviços de Terceiros NCR\$ 100,00. 3.1.4.0 – 46 – Encargos Diversos – NCR\$ 100,00 4.0.0.0 – 46 – Despesas de Capital. 4.1.0.0 – 46 – Investimentos 4.1.1.0 – 46 – Obras Públicas. 4.1.1.2 – 46 – Início de Obras NCR\$ 7.000,00. 4.1.3.0 – 46 – Equipamentos e instalações 4.1.3.1 – 46 – Maquinas, Motores e aparelhos NCR\$ 6.500,00 4.1.3.7 – 46 – Diversos Equipamentos instalações NCR\$ 2.000,00. Todas estas dotações, acima relacionadas, se destinam unicamente a atender as despesas provenientes com a instalação da torre Repetidora dos Sinais de TV em nossa cidade, e sua manutenção (ACM-SP, 17/07/1968).

O historiador italiano Carlo Ginzburg já nos alertara para o fato de, ao analisarmos uma fonte, lançarmos mão sempre que possível daquilo que ele definiu enquanto “paradigma indiciário”. Deste modo, se faz necessário ao escrutinarmos um documento oficial como uma Ata de um Legislativo, prestar atenção a todos os seus detalhes, especialmente aqueles que, em uma fitada inicial, possam nos parecer triviais ou secundários (Ginzburg, 1989).

Tendo isso em mente, é curioso percebermos que os pedidos do Prefeito tenham sido realizados em virtude de uma solicitação feita pela Companhia de Telecomunicações do Ceará — CITELC. Embora oficialmente criada em 1967, as articulações para sua organização já ocorriam desde o ano anterior, ainda na gestão do Cel. Virgílio Távora (1963–1966) que implementou no Ceará uma política de planejamento, a partir do seu Plano de Metas Governamentais–PLAMEG, onde se estabeleciam medidas voltadas para o desenvolvimento e melhoramento da infraestrutura do Estado (Alencar Júnior, 2006; Lima, 2008; Farias, 2012).

Após a gestão de Távora, visto como um agente local da “modernização conservadora” que ocorria (Parente, 2000), todos os Governadores que lhe sucederam seguiram políticas de planejamento ao passo em que deram continuidade as obras de melhoramentos infraestruturais do Estado iniciadas em sua gestão como, por exemplo, a expansão de sua eletrificação e ampliação do sistema de telecomunicações (Lima, 2008). Deste modo é que, aparentemente no mesmo ano em que a CITELC fora criada

para gerir os serviços de telefonia no Ceará (Araujo, 2008), “a agência de Senador Pompeu foi inaugurada” (Torres, 1996 *apud* Alves, 2004, p. 305).

Não sabemos ao certo quando a inauguração ocorrera, de fato, mas a existência de uma torre repetidora dos sinais de televisão na cidade certamente contribuiria para sua integração, via telecomunicações, não só as demais localidades do Estado como ao restante do País. Naquele período, o Estado brasileiro estava cada vez mais presente no setor de telecomunicações, regulando-o e ofertando serviços (Goularti Filho, 2022) em virtude, principalmente, do processo de “modernização conservadora” conduzido pela Ditadura Civil-Militar que se articulou após o Golpe de 1964 (Reis, 2014; Motta, 2014).

Embora antes mesmo da deposição do presidente João Goulart o melhoramento das telecomunicações já fosse considerado prioritário para o desenvolvimento do país, de modo que ainda na década de 1950 discussões a respeito de sua regulamentação já estivessem sendo realizadas, é durante a Ditadura que tal setor recebe uma atenção e interferência Estatal mais aprofundada (Goularti Filho, 2022). Deste modo, é no período autoritário que se terá a criação de diversos órgãos, dentre os quais, a EMBRATEL, Ministério de Telecomunicações e Telebras, além da inserção do Brasil no sistema internacional de satélites (INTELSAT) e a criação de uma rede de transmissão micro-ondas (Ortiz, 1988; 2014).

Essas medidas eram efetuadas seguindo os preceitos da chamada Ideologia de Segurança Nacional. Sua fundamentação consistia em pensar o Estado enquanto “uma entidade política que detém o monopólio da coerção”, mas que também é “o centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí uma preocupação constante com a questão da ‘integração nacional’” (Ortiz, 1988, p. 115). Em vista disso é que naquele contexto ocorrera uma série de investimentos técnicos e tecnológicos na esfera cultural, pois se compreendia que o controle estatal era necessário, “mas conjuntamente com o estímulo para se desenvolverem as produções culturais” (Ortiz, 2014, p. 118).

Documentos oficiais como Atas da Câmara, por exemplo, são o resultado de suas condições de produção, ou seja, permeados por silêncios, interesses e

intencionalidades de quem as produziu (Bacellar, 2008). Atentos para isso é que, ainda na análise daqueles documentos, podemos inferir que, para além da garantia de sua inauguração da torre, a administração local aparentemente dera enorme e constante atenção não só a sua manutenção como também aos sujeitos que nela trabalhariam, fossem servidores da administração local ou mesmo da CITELC.

Isto é sugerido, por exemplo, quando o Prefeito solicitara aos edis uma “suplementação de verbas na importância de NCr\$ 8.000,00 (oito mil novos cruzeiros), êstes créditos destinam-se a manutenção da torre repetidora dos sinais de TV” (ACM-SP, 27/09/1968), como também em projeto do vereador Pedro Vitoriano de Oliveira (ARENA) em que sugere “uma gratificação de 20 (vinte) por cento sôbre seus vencimentos aos dois funcionários Operadores da Torre Repetidora de sinais de Televisão” (ACM-SP, 11/09/1970).

Outro indício interessante a este respeito ocorrera em Sessão Legislativa realizada em 16 de abril de 1971 quando, novamente, o vereador Pedro Vitoriano de Oliveira leva ao plenário local o seguinte requerimento de sua própria autoria:

1º) – Considerando-se como de elevada importância para o desenvolvimento educacional de nosso povo o funcionamento da Repetidora TV; 2º) – Considerando-se que a nossa Repetidora de TV, por sinal uma das que melhor fornece imagem e som, tem sido uma das melhor assistidas tecnicamente pelo Grupo de TV da Secretaria de Planejamento do Estado, graças aos esforços do Chefe de Escritório da Citelc local; 3º) – Considerando-se que o Chefe de Escritório local da Citelc, desde a [ilegível] da Repetidora até hoje, tem prestado total assistência ao sistema para a perfeição do som e da imagem de TV em nossa cidade, bem assim tem tido todo o cuidado para que não haja interrupção para retransmissão dos programas de TV; Acho justo e requeiro ao Plenário a concessão de uma ajuda de custo mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) ao Chefe do Escritorio local da Citelc o que lhe servirá de estímulo na sua dedicação pelo perfeito funcionamento de nossa Repetidora de TV. Certo do merecimento da consideração de meus colegas ao que solicito, encaminho o presente à Presidencia desta Casa para a devida trâmição (ACM-SP, 16/04/1971).

Embora evidencie o cuidado da Administração e Legislativo local com a manutenção e bom funcionamento da repetidora de TV a partir, aparentemente, da busca por melhores condições e estímulos ao trabalho do Chefe do Escritório local da CITELC, é no mínimo curiosa a série de elogios feitos pelo vereador aos serviços prestados por aquele órgão. Além disso, chama a atenção ainda a menção ao fato de o bom funcionamento de sua transmissão ser de grande importância para o desenvolvimento do setor educacional da cidade.

Neste sentido, é interessante recordarmos que desde o início dos anos 1960 fora criada no Estado a partir dos Diários Associados de Assis Chateaubriand um canal de televisão chamado TV Ceará que teria uma programação de cunho educativo (Gomes, 2016). A partir do governo de Virgílio Távora ocorrera uma expansão de sua transmissão para o interior do Estado mediante o uso do sistema de torres repetidoras como, por exemplo, a que passara a existir em Senador Pompeu. Isto era feito para “interconectar o Estado por meio desse meio de comunicação, como também a usar para favorecer a educação no meio rural cearense mediante programas atrelados a temática agropecuarista” (Gomes, 2016, p. 271).

Essa atenção dada à expansão da TV no Estado a partir da gestão de Távora dá indícios de como o Ceará, e conseqüentemente Senador Pompeu, estavam inseridos nas medidas adotadas pela “modernização conservadora” da Ditadura para com aquele aparelho e o setor cultural de modo geral. Assim, aquele processo e o conseqüente estabelecimento no Brasil de um “capitalismo tardio” dera bases para estabelecer uma Indústria Cultural, já que “paralelamente [ao desenvolvimento] do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais” (Ortiz, 1988, p. 114).

Além disso, ao lado de outros eletrodomésticos como o próprio rádio, além do telefone, geladeira, máquina de lavar, ferro de passar, dentre outros, a televisão irá se expandir a ponto de tornar-se, entre o fim dos anos 1960 e o todo do decênio seguinte, o principal símbolo das transformações pelas quais a sociedade brasileira estava passando

como, por exemplo, a apropriação de um estilo de vida consumista especialmente por parte de suas camadas médias (Novais; Melo, 1998).

É neste contexto de expansão de bens de consumo e simbólicos que, após a instalação da torre repetidora de TV, os primeiros aparelhos televisivos começaram a aparecer na cidade de Senador Pompeu ainda no final da década de 1960. No entanto, pelo próprio caráter repressivo e excludente da “modernização conservadora”, embora o país tenha se afirmado perante o grande capital, isto ocorrera de modo que “a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais desse processo de maneira sustentável e equânime” (Napolitano, 2020, p. 147).

Essa chegada excludente da televisão na cidade é indicada, por exemplo, pela senhora Perpétua Belarmino em entrevista realizada no ano de 2020. Moradora da cidade desde os anos 1960, quando se mudara vindo da zona rural de Quixeramobim–CE, a mesma recorda-se da chegada dos primeiros televisores dizendo que “quando começou a televisão era cara” a ponto de só ter condições de adquirir aquele bem de consumo durável “esse pessoal que tinha mais, né?! (...) sempre era a pessoa que tinha mais... tinha um emprego, tinha uma coisa assim, né?!”, finalizando dizendo: “depois é que foi ficando uma coisa mais barata, né?! Mais comum”.

É válido destacar que compreendemos a História Oral enquanto uma alternativa que nos auxilia a compreender e interpretar o passado (e também o presente) a partir de “palavras, discursos, narrativas e esperanças de compreensão” (Meihy; Holanda, 2018, p. 10). Destarte, analisamos fontes orais como a anteriormente citada a partir de sua coleta mediante o âmbito da História Oral Temática, ou seja, seguindo os seguintes procedimentos metodológicos: contatos iniciais com possíveis colaboradores, realização da entrevista, transcrição, autorização mediante assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido–TCLE e análise.

A partir disso entendemos que as fontes orais nos dizem “menos sobre eventos que sobre *significados*” (Portelli, 1997, p. 31, grifos originais). Isto não quer dizer que elas não sejam confiáveis, mas que são, na verdade, o resultado das subjetividades articuladas pelos(as) entrevistados(as) a respeito do passado, algo como que “um processo ativo de

criação de significações” de forma que a existência de distintas e constantes modificações memoriais a partir do presente “revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas” (Portelli, 1997, p. 33).

Neste sentido é que vemos outros indícios que apontam para uma expansão excludente da televisão na cidade de Senador Pompeu, pelo menos inicialmente, nas falas de outra entrevistada: a senhora Maria Angélica que comenta a respeito da questão em entrevista realizada no ano de 2021. Natural de Mombaça-CE, residira com sua família em um sítio chamado Bela Vista, localizado entre sua cidade natal e Senador Pompeu, até que se mudara para a zona urbana da segunda por volta de meados dos anos 1980. Ela comenta:

Depois que eu cheguei aqui em Senador que a gente começou a ver televisão e começou a comprar uma, trocar, comprava outra, e assim a gente ia levando. Mas lá onde eu morava e também quando cheguei aqui ainda passamos um bocado de tempo ainda sem televisão, ainda. Quando chegemo ninguém comprou, não. Depois foi que Deus ajudou que a gente comprou uma já usada! Não foi nem coisa nova, zerada, não. Aí vem de lá pra cá... [sic].

É curioso notarmos as dificuldades sentidas por Maria para conseguir adquirir a sua primeira televisão já na década de 1980, sendo ela já de segunda mão em um momento em que a indústria televisiva já havia se consolidado no Brasil, a ponto de naquele momento existir cerca de “15 milhões e 800 mil domicílios com aparelhos de TV, ou seja, 73% do total de domicílios” (Ortiz, 2014, p. 120). Além disso, referindo-se ao começo dos anos 1970, quando notara a chegada dos primeiros televisores em sítios próximos ao que residia, ela enfatiza o caráter limitante do processo afirmando: “nesse tempo quem era que podia comprar? Chegar perto disso aí? Era só quem podia! Mas quem não tinha nada não podia comprar, né?! Tinha só vontade...”.

O senhor Antônio Francigilson é outro que vivenciou o caráter limitante da chegada da TV na cidade de Senador Pompeu. Se referindo já ao período demarcado entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, momento em que sua família finalmente conseguira adquirir o seu primeiro televisor, ele recorda: “A primeira vez

que meu pai comprou uma televisão preto e branco [...] Meu pai andou trocando uma bicicleta, entrou uma série de coisas. Um porco que tinha no chiqueiro [...] um relógio [...] ele fez uma negociata pra adquirir essa televisão em preto e branco”.

Estes vários tensionamentos relacionados à chegada da televisão na cidade de Senador Pompeu ocorria pelo fato de o processo de “modernização conservadora” conduzido pela Ditadura ser, ao mesmo tempo, expansivo e excludente, modernizante e autoritário (Ortiz, 2014). Deste modo, como pontuado, embora houvesse a promoção de uma “ampla gama de investimentos (...) aumentavam as distorções na economia, e a sociedade ficava mais injusta, em virtude de uma política econômica que fazia aumentar a concentração de riqueza” (Luna; Klein, 2014, p. 99).

Observados alguns dos indícios relacionados à chegada da televisão na cidade de Senador Pompeu a partir da instalação de uma antena repetidora de sinais e da própria aquisição daquele bem de consumo, tudo isso em meio ao processo de transformações socioeconômicas e estruturais vivenciados não só no país, mas também no Ceará, investigaremos como a Indústria Cultural impactara alguns sujeitos locais a partir de discursos hegemônicos transmitidos pelo “fluxo televisivo” (Williams, 2016).

Indústria cultural e “fluxo televisivo”

Em entrevista realizada em 2020 em sua residência na cidade de Senador Pompeu, a senhora Antônia Erivaneide, filha da senhora Maria Angélica, comentou sobre inúmeros episódios vivenciados em sua infância e adolescência quando, de início residindo no sítio Bela Vista e posteriormente na zona urbana da cidade, teve seus primeiros contatos com a TV ao visitar a casa de alguns parentes. Quando questionada sobre os canais e programas de que se lembrava, sua resposta foi a seguinte: “Eu só lembro da Globo. Quando eu morava lá a gente só assistia à Globo. Eu não... Eu não... Eu, particularmente, nunca vi ninguém assistindo outro. Não sabia nem que tinha. Era Globo. Por que era o quê? Os Trapalhões, O Jornal, O Fantástico e Novela”.

O período referenciado pela colaboradora em suas reminiscências diz respeito ao final dos anos 1970 e a década seguinte. Naquele momento, já havia se estabelecido no Brasil uma Indústria Cultural e todo um mercado de bens de consumo duráveis e simbólicos devido às mudanças e avanços infraestruturais do setor oriundos das mudanças socioeconômicas vivenciadas pelo país a partir do processo de “modernização conservadora” conduzido pela Ditadura em associação com o capital internacional (Ortiz, 1988; 2014; Ridenti, 2011).

Compreendemos a Indústria Cultural em diálogo com o sociólogo e estudioso do assunto Renato Ortiz (1988) que, em franco diálogo com a chamada escola frankfurtiana, compreende-a enquanto

o prolongamento das técnicas utilizadas na indústria fabril, o que quer dizer que ela seria regida pelas mesmas normas e objetivos: a venda de produtos. O espírito capitalista e racional penetra dessa forma a esfera cultural e organiza a produção nos mesmos moldes empresariais das indústrias (p. 55).

Deste modo, a constituição daquela indústria no país começa a ocorrer a partir de fins dos anos 1960, consolidando-se definitivamente ao longo da década seguinte em virtude do processo de urbanização, integração e constituição de um mercado nacional que passara a consumir bens de consumo duráveis e simbólicos, nas camadas médias da sociedade que, diferentemente daquelas menos favorecidas economicamente e em que pese o aprofundamento da concentração de renda do período, vivenciavam alguma ascensão e mobilidade social (Novais; Melo, 1998).

Aproveitando-se, portanto, das políticas econômicas e demais incentivos ofertados pelo Estado Ditatorial no setor cultural, se observará uma progressiva padronização e uso de uma racionalidade empresarial nos setores jornalístico, literário, musical, publicitário e audiovisual, em especial o televisivo que melhor se beneficiará daquelas vantagens e melhorias técnicas em virtude da certa confluência ou “adequação de interesses” que ocorrera entre os militares e os empresários do ramo televisivo. Ambos, “por motivos diferentes, viam vantagens na integração do país [...] Um grupo

se pautava mais pela dimensão político-ideológica e o outro mais pela econômica” (Ribeiro; Sacramento; Roxo, 2018, p. 116).

Desta forma, a menção da senhora Erivaneide ao fato de, em seus contatos iniciais com aquele bem de consumo, só ter conhecido a Rede Globo e a sua programação é algo bastante curioso. Muito embora a primeira emissora brasileira a articular-se de uma perspectiva empresarial ao racionalizar o seu tempo delimitando coordenadamente as atrações e comerciais que compunham a sua programação tenha sido a TV Excelsior, fundada em 1960, aquela que melhor aprofundou essa dinâmica demandada pela Indústria Cultural brasileira em consolidação fora outra, criada cinco anos depois: a TV Globo (Ortiz, 1988; Ridenti, 2011).

Utilizando-se sofisticadamente dos estímulos, benesses e aportes governamentais nos aspectos técnicos e estruturais no ramo das telecomunicações, a emissora carioca pertencente à família Marinho aperfeiçoará de tal modo racionalizado sua organização e funcionamento que chegará a cunhar e popularizar internacionalmente o jargão “Padrão Globo de qualidade”. Sua supremacia no ramo televisivo brasileiro é tamanha que, questionada sobre dos programas específicos dos quais se lembrava quando de seus primeiros contatos com a TV, a senhora Erivaneide menciona: “nós assistia algumas novela da época (...) eu lembro assim o nome de uma que era Vereda Tropical. Tinha uma outra, assim, que era... Selva de Pedra! Era umas novela bem boa” [sic].

As duas telenovelas citadas pela senhora Erivaneide foram, curiosamente, produzidas justamente pela Rede Globo em meados dos anos 1980, assim como a produção simbólica Roque Santeiro, mencionada pelas senhoras Maria Angélica e Maria Aparecida, esta segunda em entrevista realizada em 2021, quando questionadas sobre as produções que melhor recordavam em seus primeiros contatos com aquele bem de consumo. A primeira diz: “Tinha Roque Santeiro. É esse que a gente gostava mais de assistir, era um véi, esse era bom” [sic], enquanto a segunda nos diz: “Era o Roque Santeiro, tinha o senhorzinho mal. Era o... é... aquele homem careca, como é o nome dele? Não sei o quê Duarte... Lima Duarte!”.

Ademais, ao lidarmos com a História Oral, é bom lembrarmos de algumas considerações interessantes do historiador italiano Alessandro Portelli (2006) quando, refletindo a respeito das contribuições que fontes orais como essas de nossas(os) colaboradoras(os), ele nos chama a atenção para o fato de serem constituídas entre “fatos” e “representações”. Sobre isso, ele afirma:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (Portelli, 2006, p. 111).

Deste modo, observando as constantes mobilizações de fatos e representações nas articulações lógicas de “intrigas” por parte de nossas(os) entrevistadas(os), ou seja, o ato de transformação do tempo em tempo humano a partir de sua narratividade (Ricoeur, 2010), é possível apreender detalhes bastante curiosos. O fato de suas memórias mencionarem produções simbólicas em sua maioria tecidas pela Globo nos faz compreender que o destaque daquela emissora no ramo televisivo se deu, aparentemente, porque aquela articulava seu tempo de forma tão bem azeitada e mercadologicamente orientada ao longo dos anos 1970, que ela passara a mobilizar aquilo que o destacado teórico inglês Raymond Williams (2016) pensou enquanto “fluxo televisivo”.

Usando mecanismos que pudessem inferir sua audiência e melhor compreender seu público, canais de televisão racionalizados de modo empresarial e competitivo tenderiam a articular aquilo que hoje entendemos enquanto “grade” ou “programação” ao lançarem mão, conforme Williams (2016), de “um fluxo de uma série de unidades relacionadas de diversas maneiras, em que a marcação do tempo, ainda que real, não é

declarada, e no qual a real organização interna é diferente da organização divulgada” (p. 102).

Desta forma, compondo um complexo circuito de imagens e demais bens simbólicos e propagandísticos ao longo dos dias e da semana, dando forma a uma dinâmica que seguiria uma determinada “divisão de horários” que se adequasse ao tempo e disponibilidade de seus consumidores (Ribeiro; Sacramento; Roxo, 2018, p. 62), as emissoras, em sua concepção, exibiriam esse fluxo reforçando “reiteradamente que coisas excitantes estão por vir” (Williams, 2016, p. 104). Este procedimento seria colocado em prática para garantir que fosse firmado algum tipo de fidelidade, ou seja, para que os espectadores continuassem acompanhando suas atrações de maneira que seus níveis de audiência fossem não só mantidos como potencializados.

Assim, a quantidade de propagandas, anúncios e imagens veiculadas naquele fluxo contribuía para que as pessoas tivessem o desejo e a vontade de assistir à TV e acompanhar os bens simbólicos ali transmitidos, mesmo que a grande maioria não tivesse, pelo menos inicialmente, condições de comprar um televisor devido aos seus altos preços e o aprofundamento das desigualdades sociais pelo processo de “modernização conservadora” da Ditadura. A este respeito, por exemplo, a senhora Maria Aparecida diz que, comparado a tudo que havia visto anteriormente, “na TV a gente via tudo, né? [...] a sensação era melhor, né?”, enquanto a senhora Erivaneide, quando questionada sobre a impressão de assistir TV, pontua: “Ave Maria, muito bom! Pense uma coisa boa!”.

Deste modo, notamos indícios da articulação, por parte de nossos(as) entrevistados(as), de inúmeras “táticas” para conseguirem acessar aquele bem de consumo ao mesmo tempo, em que tinham de lidar com as “estratégias” autoritárias e excludentes do processo de “modernização conservadora”. Assim, em sua “invenção do cotidiano” (Certeau, 1994) os sujeitos alijados do acesso a um televisor próprio em Senador Pompeu, no fim dos anos 1970 e década seguinte, tiveram de articular diversificadas formas para acessarem o “fluxo televisivo” e atenderem aos desejos e vontades que a televisão lhes despertava.

Isto é sugerido, por exemplo, pelo senhor Antônio Lucas em entrevista realizada no ano de 2021. Recordando-se da impossibilidade de adquirir um televisor para sua família por ser algo, ainda naquele período, caro e “*muito difícil*” de modo que “*pobre não tinha acesso*”, ele comenta que a alternativa para acessarem aquele bem de consumo e suas produções simbólicas, era, segundo ele, tendo “*que ir pra casa de um patrão lá, né? Porque a gente morava no sítio, aí assistia no patrão. Ou na rua [...] Você tinha que ficar olhando se tivesse uma brechinha [...] E muitas vezes é... a pessoa sabia [...] que você tava olhando, vinha e fechava aquela brecha*” [sic].

Outra alternativa empreendida por aqueles sujeitos enquanto micro-resistência e reformulação dos códigos de poder e consumo eram as idas aos espaços públicos da cidade para assistirem nos chamados televisores públicos ou comunitários. O senhor Antônio Francigilson comenta a respeito dizendo: “*eu cheguei a ir com os meus pais*”, continuando: “[*lá*] *tinha as cadeiras e era disputado, era muito concorrido. Todo mundo queria ficar estratégico, num lugar melhor, mais próximo da televisão. Quando você chegava lá que tinha muita gente [...] Aí um vinha, queria ficar na frente do outro [...] era uma polêmica*”.

Contudo, se é verdade que a articulação dessas maneiras variadas de acessarem à TV, empreendidas por pessoas sem condições de adquirirem um televisor próprio, indicam reinvenções e usos e de modo algum passivas das “estratégias” de dominação (Certeau, 1994) acreditamos também que estes indícios apontam ainda, de alguma maneira, para uma apropriação por parte de nossos(as) colaboradores(as), mesmo que de modo complexo, tensionado e contraditório, do estilo de vida e dos hábitos consumistas que a “modernização conservadora” e a indústria cultural brasileira em consolidação exprimiam e divulgavam.

Sendo a televisão um meio de comunicação de massas, se por isso compreendermos uma mídia de ampla divulgação orientada mercadologicamente, ela segue evidentemente a lógica da indústria cultural e, por isso mesmo, um processo de hegemonia (Ortiz, 1988). Neste sentido, tal aparelho contribui com a articulação e ressonância do discurso ideológico de uma classe específica que, por ser dominante, o faz hegemônico (Chauí, 2001) enquanto “é vivido em tal profundidade, que satura a

sociedade a tal ponto que [...] constitui mesmo a abundância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência” (Williams, 2011, p. 51).

Deste modo, nossos(as) entrevistados(as) aparentemente incorporaram, no período em que a TV se expandia e a indústria cultural se estabelecia em virtude do processo de “modernização conservadora” da Ditadura, um conjunto de significados e valores, práticas e expectativas que deram sentido a sua realidade (Williams, 2011) a ponto de incutir-lhes um desejo não só de consumir aquele aparelho, mas também aquilo que ele transmitia em seus bens simbólicos.

A este respeito, por exemplo, a senhora Antônia Erivaneide menciona: “uma coisa que ficava influenciando a gente era a gente ver aquelas modelos, aquelas roupas, as atrizes, as roupas delas muito lindas. Então a gente ficava ali se imaginando fazer uma igual, se não igual, mas parecida, porque aquela roupa era muito bonita, né?!”, e complementa: “E nas novelas tem aqueles é... aqueles romances, aquelas coisas... Vishh! Aqueles romances bem bonitos... Ali, a gente ficava sonhando, né?! Sonhando com aqueles romances lá. ‘Quando é que ia ser o meu romance... ’” [sic].

Fazendo referência ao momento em que adquiriu um televisor no início dos anos 1980, o senhor Antônio Lucas recorda-se que seu consumo daquele aparelho finalmente se satisfizera, pois: “ali eu mesmo quem mandava com a família. Ligava a hora que eu queria, desligava a hora que eu queria [...] Se eu quiser assistir de novo, eu ligo de novo. Por isso que era bem melhor você ser o proprietário do que tá... né? No que é dos outros”. Já o senhor Antônio Francigilson relata algo bastante interessante neste sentido quando ele nos diz: “tem pessoas que assiste uma novela e quer imitar na vida real. Quer ..., quer fazer aquilo [...] que assiste. Não todo mundo, mas algumas pessoas, né?! Querem pegar carona, né?! E fazer na vida real aquilo que vê na televisão, né?!”.

Evidentemente, e como o próprio relato do senhor Antônio Francigilson aponta, não nos propomos aqui a afirmar que as pessoas simplesmente se apropriam (ou são apropriadas) de forma determinadamente submissa pela hegemonia. Não custa lembrar que por mais bem articulado, azeitado e proferido que seja o discurso hegemônico, ele não é de forma alguma único e inquestionável, pois “nenhum modo de produção e,

portanto, nenhuma sociedade dominante ou ordem da sociedade e, destarte, nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama da prática humana, da energia humana e da intenção humana” (Williams, 2011, p. 59).

Considerações finais

Constatamos que de algum modo a cidade de Senador Pompeu participou, a partir de meados dos anos 1960, dos projetos de mudanças infraestruturais articulados pelo Governo do Estado do Ceará, a partir da gestão do Governador Cel. Virgílio Távora (1963–1966), e do processo de “modernização conservadora” da Ditadura, especialmente no que tange ao ramo das telecomunicações, já que, àquela altura, o desenvolvimento daquele setor era pensado como essencial para o alcance da desejosa integração nacional. Isto ocorrera quando, a pedido da Companhia de Telecomunicações do Ceará–CITELC, fora instalada uma antena repetidora de sinais televisivos ainda em 1968.

Notamos ainda que aquele fora o momento em que os primeiros televisores começaram a chegar à urbe. Embora considerado o principal símbolo das mudanças socioeconômicas vivenciadas no país naquele momento, especialmente no que diz respeito a formação de uma indústria cultural nacional, da aquisição de hábitos consumistas por parte das camadas médias da sociedade, aquele bem de consumo expandiu-se na cidade de modo excludente e elitista, especialmente durante seus primeiros anos, em virtude de seus altos preços e do aprofundamento da desigualdade social advindo da “modernização conservadora”.

Por fim, concluímos que apesar de impossibilitados economicamente de adquirir uma TV própria inicialmente, muitos sujeitos locais se viram imersos no desejo e vontade de consumir aquele bem de consumo durável e suas produções simbólicas veiculadas pelo “fluxo televisivo”. Em virtude disso, ainda que de alguma maneira tenham ressignificado sua marginalização à posse do aparelho televisivo mediante o engendramento de táticas e diversificadas formas para acessá-lo, compreendemos que

foram de algum modo apropriados, não sem tensões, pelo discurso hegemônico nele transmitido.

Referências

Fontes

Atas da Câmara Municipal de Senador Pompeu (1968-1971).

Antônia Erivaneide do Nascimento, técnica de enfermagem, 54 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Senador Pompeu-CE em 19/10/2020.

Antônio Francigilson Martins do Nascimento, motorista, 51 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Senador Pompeu-CE em 31/01/2021.

Antônio Lucas Bezerra, pensionista, 65 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Senador Pompeu-CE em 13/08/2021.

Maria Angélica do Nascimento, aposentada, 83 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Senador Pompeu-CE em 01/02/2021.

Maria Aparecida Martins Lima, pensionista, 56 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Senador Pompeu-CE em 27/08/2021.

Maria Perpétua Belarmino, empresária, 75 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Senador Pompeu-CE em 06/11/2020.

Bibliografia

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/44339> Acesso em: 16 mar. 2022.

ALVES, Valdecy da Costa. **Enciclopédia Municipal de Senador Pompeu**. Fortaleza: Paulo Gráfica Ltda, 2004.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.).

Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 23-80.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Crítica e Ideologia*. In: **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 15-38.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 6. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-180.

GOMES, Assis Daniel. **“Faça-se luz”**: A eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972). 2016. 315 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21229/1/2016_dis_adgomes.pdf Acesso em: 17 mar. 2023.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc): entre objetivos nacionais e demandas regionais (1973-1997)*. **Economia e Sociedade** (Campinas). v. 31, n. 3, set./dez. 2022, p. 701-733. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ecos/a/prPKBjFNkZTgFQWt939zWP/> Acesso em: 30 out. 2023.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. pp. 535-549.

LIMA, Átila de Menezes. **A Particularidade de um Projeto Modernizador: Virgílio Távora e o processo de eletrificação do Estado do Ceará de 1950 a 1980**. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em:

<https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87005> Acesso em: 30 out. 2023.

LIMA, Antônio Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará: temas de histórica econômica**. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Transformações econômicas no período militar (1964-1985)*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 92-111.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a. pp. 48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2020.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Maria Saraiva. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.

NOVAIS, Fernando; MELO, João Emanuel Cardoso de. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – Volume 04: Contrastes da Intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 560-658.

ORTIZ, Renato. *Revisitando o tempo dos militares*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 112-127.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986)*. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. pp. 381-408.

- PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 103-130.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997. pp. 29-39.
- REIS, Daniel Aarão. *A ditadura fez cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pp. 11-29.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (Orgs.). **História da Televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2018.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa – Volume 1: A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil*. In: BOTELLHO, André; SCHWARCZ, Lilia Mortiz. (Orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp. 259-267.
- WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo / Belo Horizonte: PUCMinas, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Os Autores

Antônio Wesley do Nascimento Martins

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Edmilson Alves Maia Júnior

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Recebido em 11/2023 • Aprovado em 12/2023 • Publicado em 02/2024